

* ANÁLISE

Nova base curricular esconde história de tensão entre “facções”

Documento preliminar foi redigido depois de dois anos de consultas e seminários, mas provocou reação de pesquisadores

Denise Drechsel e
Angela Corrêa

■ As quase 400 páginas do documento que deve orientar os currículos das escolas brasileiras, divulgado incompleto na última quinta-feira (6) pelo Ministério da Educação (MEC), esconde uma história de tensão política entre diversas “facções” do setor de educação no país.

O cenário não é preto no branco, mas a questão pode ser dividida, resumidamente, entre duas vertentes principais. De um lado estão os vencedores desta batalha mais recente, pesquisadores e especialistas internacionais e das empresas. Estes são considerados “mecanicistas” pelo outro grupo, formado por uma série de pesquisadores e associações de professores — considerados “corporativistas” por aqueles primeiros.

Depois de mais de dois anos de discussões, consulta pública com 12 milhões de contribuições e seminários dos quais participaram 9 mil professores, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nome oficial do documento, é classificada pelo grupo dos vencidos como um texto imposto de cima para baixo. Outros o consideram o consenso possível no momento atual de polarização.

ABNCC mostra uma tentativa de agradar todo mundo. No início, como queriam os “perdedores”, o documento apresenta dez princípios gerais a serem desenvolvidas em classe: “valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos”; “exercitar a curiosidade intelectual”; “argumentar com base em fatos”; “conhecer-se”; “agir pessoal e coletivamente com autonomia”, por exemplo.

A rigidez dos códigos

A seguir, vem a parte que desagradou aqueles que criticam a forma empresarial e de resultados de gerir a educação. A cada ano, da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental, o documento exige um conteúdo concreto a ser ensinado, descrito por um código alfanumérico (veja acima como ele funciona).

Para alguns pesquisadores, a rigidez na descrição tira



Hedeson Alves/Gazeta do Povo

Livros didáticos em escola de Curitiba: Base Curricular é foco de tensão entre grupos de pesquisadores.

“A descrição de listas de objetivos é uma retomada do modelo “tecnicista”, que o Brasil experimentou nos anos 70.”

Mônica Ribeiro da Silva, professora da Faculdade de Educação da UFPR

“É fundamental explicitar com clareza quais são os direitos de aprendizagem da criança e do adolescente.”

Claudia Costin, ex-diretora de Educação do Banco Mundial

a liberdade do professor em sala de aula. “O documento não apresenta princípios de trabalho com conhecimento, mas uma série de conteúdos que é preciso cumprir”, dispara o pesquisador Guilherme do Val Toledo Prado, da Faculdade de Educação da **Unicamp**. “Aqueles códigos alfanuméricos são transformados em descritores para as

Um resultado da demonização do professor?

■ A impressão, para quem não gostou do produto final, é o de que a Base tem um discurso de denúncia contra os professores, como se eles fossem os únicos culpados pelos índices educacionais no país e, agora, tendo um guia para “cobrar”, tudo vai dar certo. “Não é verdade dizer que os professores ensinam mal porque não têm currículo. Além de que todos seguem currículos, esse é um discurso que desconfia do professor, como se eles não quisessem trabalhar ou ensinar”, defende o professor Ocimar Alavarse, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de São Paulo (USP).

Há outros fatores, à reve-

lia do professor, que influenciam na aprendizagem da criança, como nível socioeconômico e de escolaridade dos pais, infraestrutura da escola, entre outros. “Há uma ilusão, tanto para os que são contra a Base para os que são a favor, que o fato de eu prescrever isso vai se realizar. Faltou mais debate, principalmente envolvendo as faculdades que formam professores”, afirma Ocimar.

Pesquisadores como Priscila Cruz, do movimento Todos pela Educação, por outro lado, não consideram que a base traz esses pressupostos sobre o professor dessa maneira. Para ela, a liberdade do professor não está em risco e, agora, como o documento é fruto do consenso possível, é preciso boa vontade de todas as partes para, daqui a alguns anos, colher os frutos desses esforços.

“Há uma visão que eu acho incorreta, de que um currículo tiraria a autonomia do professor em sala de aula. E talvez isso se deve ao fato de que muitas vezes a educação é pensada na lógica do adulto que ensina e não na criança e no jovem que aprende. O que se vê em outros países é que, para que a educação seja de fato de qualidade, é funda-

mental explicitar com clareza quais são os direitos de aprendizagem da criança e do adolescente”, diz Claudia Costin, ex-diretora de Educação do Banco Mundial, professora de Harvard e da FGV. “A autonomia do professor é uma autonomia metodológica, nos métodos que ele vai usar para que esse direito seja assegurado”.

EM RESUMO

Alguns dos principais destaques do documento divulgado na quinta-feira:

- É mais específica sobre o que deve ser ensinado em cada ano, desde a educação infantil até o fim do ensino fundamental.
- De fine que as **crianças saibam ler e escrever** ao fim do 1º do ensino fundamental.
- * Conteúdos de matemática do 4º ano do ensino fundamental, como probabilidade e estatística, **passaram a ser no 1º ano**.
- Não inclui a sugestão de definir o currículo do ensino religioso facultativo, nem a de mencionar em sala de aula “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

CRÍTICA

Faltou tocar no Ensino Médio, tema de reforma polêmica

■ Em setembro do ano passado, o governo federal propôs a reforma do ensino médio, por meio de uma medida provisória, com a justificativa de que não haveria mais tempo para debater e sim para agir. Como a reforma depender da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o fato de o MEC ter apresentado documento sem a parte do ensino médio foi duramente criticada. “Como o governo acelera uma reforma para o ensino médio e não acelera o currículo para essa etapa?”, pergunta o professor Ocimar Alavarse, da Faculdade de Educação da USP.

EF67MA01

É um exemplo do código alfanumérico usado para descrever as habilidades a serem desenvolvidas em cada disciplina. Designa “ensino fundamental”, “sexto e sétimos anos”, “matemática” e, o ‘01’ final, a primeira habilidade proposta. Os adversários da BNCC apontam o sistema como um exemplo de rigidez.

mental explicitar com clareza quais são os direitos de aprendizagem da criança e do adolescente”, diz Claudia Costin, ex-diretora de Educação do Banco Mundial, professora de Harvard e da FGV. “A autonomia do professor é uma autonomia metodológica, nos métodos que ele vai usar para que esse direito seja assegurado”.